



# SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL EM CIDADES MÉDIAS

**Diego Ferretto\***

## >> Resumo

Esse artigo tem por objetivo discutir a questão da segregação socioespacial em cidades médias brasileiras, tendo por objeto empírico as quatro principais cidades médias gaúchas: Caxias do Sul, Passo Fundo, Pelotas e Santa Maria. Parte-se do pressuposto teórico que as desigualdades sociais se articulam a processos de natureza espacial, sendo a segregação, entendida como o afastamento físico de um grupo social relativamente homogêneo em relação aos demais, o mais importante deles. Do ponto de vista metodológico, o artigo apresenta uma proposta de análise das estruturas socioespaciais e dos respectivos padrões de segregação de cidades médias a partir de duas dimensões: a) identificação de grupos sociais, através da combinação de variáveis socioeconômicas e espaciais, por meio da aplicação de análises de cluster; b) análise morfológica, a partir da utilização do método Local Climate Zones (LCZ), utilizado para identificação de tipologias em escala local. Os resultados da pesquisa indicam similaridades entre as cidades, no que diz respeito a uma periodização da evolução dos processos de segregação, no entanto, apontam também ritmos distintos, uma vez que as cidades de Pelotas e Santa Maria apresentam estruturas socioespaciais mais fragmentadas que as demais.

## >> Palavras-chaves

Segregação socioespacial. Estrutura intraurbana. Cidades médias.

---

\* Arquiteto urbanista, doutor em Planejamento Urbano e Regional. Professor do curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Paulista - UNIP e da Universidade Católica de Santos - UNISANTOS. Área de pesquisa com ênfase nos processos de produção do espaço urbano e segregação socioespacial.

**>> Abstratc**

This article aims to discuss the issue of socio-spatial segregation in medium-sized Brazilian cities, having as an empirical object the four main medium-sized cities in the state of Rio Grande do Sul: Caxias do Sul, Passo Fundo, Pelotas and Santa Maria. It is based on the theoretical assumption that social inequalities are linked to processes of a spatial nature, with segregation, understood as the physical separation of a relatively homogeneous social group in relation to the others, the most important of them. From a methodological point of view, the article presents a proposal for the analysis of socio-spatial structures and the respective segregation patterns of medium-sized cities based on two dimensions: a) identification of social groups, through the combination of socioeconomic and spatial variables, through the application of cluster analysis; b) morphological analysis, using the Local Climate Zones (LCZ) method, used to identify typologies on a local scale. The research results indicate similarities between the cities, with regard to a periodization of the evolution of segregation processes, however, they also point to different rhythms, since the cities of Pelotas and Santa Maria have more fragmented socio-spatial structures than the others.

**>> Keywords**

Socio-spatial segregation. Intra-urban structure. Medium-sized cities

# INTRODUÇÃO

**H**á pelo menos cem anos os estudos sobre segregação ocupam lugar de destaque nas ciências sociais, desde a abordagem ecológica da Escola de Chicago até as interpretações marxistas da segregação inserida no processo de reprodução da sociedade capitalista. Nas últimas décadas, no entanto, as pesquisas sobre segregação são cada vez mais representativas nos estudos urbanos brasileiros, dada sua presença marcante na estrutura e na paisagem urbana, o que evidencia os contrastes e desigualdades inerentes à produção do espaço urbano.

Esse artigo tem por objetivo principal analisar, em perspectiva comparada, os processos de segregação socioespacial em cidades médias gaúchas, apresentando e problematizando os resultados da pesquisa sobre as cidades de Caxias do Sul, Passo Fundo, Pelotas e Santa Maria<sup>1</sup>. A atenção às cidades médias se justifica diante de sua crescente importância na rede urbana, à medida que passam a crescer a ritmos mais acelerados que as grandes cidades, apresentam uma maior articulação às lógicas econômicas capitalistas globais, e do ponto de vista espacial, complexificam suas estruturas intraurbanas, ao passo que se aprofundam as desigualdades e os processos de segregação socioespacial.

A definição de cidade média<sup>2</sup> não é clara e nem consensual no Brasil, sendo o termo às vezes empregado como uma noção vaga, trata-se de um conceito em construção, objeto de esforços empreendidos sobretudo no campo da geografia. Uma das principais dificuldades em torno da definição de cidade média está na sua associação equivocada às cidades de porte médio, estabelecida exclusivamente pelo critério demográfico, segundo proposta de Andrade e Serra (2001), fixado entre 50 e 500 mil habitantes.

Sposito (2017) adverte que nem toda cidade de porte médio é uma cidade média, pois o critério demográfico é insuficiente para estabelecer essa aproximação. Por cidades médias entende-se, então, aquelas que desempenham papéis regionais e de intermediação em determinada rede urbana, nesse caso, o número de cidades de porte médio é maior do que o de cidades médias, pois nem todas aquelas do primeiro grupo têm condições geográficas para desempenhar os papéis de intermediação característicos das cidades médias.

Segundo Corrêa (2007), a identificação de uma cidade média depende de uma combinação específica de três fatores: tamanho demográfico, funções urbanas e organização do seu espaço intraurbano. O tamanho demográfico, considerando-se o mesmo contexto regional de renda e padrão cultural, significa maior ou menor economia de escala, o que determina maior ou menor desenvolvimento de funções urbanas, ao passo que o desenvolvimento de novas funções urbanas também suscita aumento demográfico. O autor defende que o tamanho demográfico se reflete também nas estruturas intraurbanas, sendo diretamente proporcional às suas complexidades.

<sup>1</sup> Pesquisa de doutoramento (Autor, 2018) - dados omitidos para preservar a autoria do artigo.

<sup>2</sup> As cidades médias são inseridas na agenda do planejamento no Brasil com o II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), que a apresenta diretrizes para a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (PNDU), elaborado pelo arquiteto Jorge Guilherme Francisoni e pela geógrafa Maria Adélia Aparecida de Souza, em 1973.

O interesse pelas cidades médias no Brasil tem início na década de 1970, tanto pelo viés acadêmico como no campo institucional<sup>3</sup>, no âmbito de planos governamentais. Segundo Sposito (2010), a partir da década de 1980, posteriormente ao processo de metropolização, principal característica da urbanização brasileira nas décadas de 1960 e 1970, crescem e se alteram os papéis das cidades médias e locais, fato que reforça a necessidade de compreensão dos espaços urbanos não metropolitanos.

A atenção à escala intraurbana, no entanto, é mais recente, pois somente a partir da década de 2000, começam a surgir estudos mais sistemáticos sobre a estrutura interna das cidades médias. Nesse contexto, tem destaque a produção vinculada à Rede de Pesquisadores sobre Cidades Médias (RECIME), fundada em 2006, que atualmente congrega instituições e pesquisadores do Brasil, Argentina, Chile, Espanha e Moçambique. A rede apresenta quatro eixos temáticos, dentre os quais dois priorizam a escala intraurbana de análise, com enfoque nos processos de diferenciação, segregação e fragmentação socioespacial, além da questão da produção habitacional e das especificidades do mercado imobiliário e dos agentes envolvidos na produção e consumo das cidades médias.

A partir do reconhecimento da emergência e da importância desse campo de pesquisa, nossa proposta é ampliar o debate entorno dos processos de estruturação intraurbana de cidades médias brasileiras, analisando, em perspectiva comparada, os casos mais representativos no estado do Rio grande do Sul.

O texto está estruturado em três partes: em um primeiro momento, partimos de uma abordagem teórica, evidenciando as perspectivas que norteiam a argumentação, tanto do ponto de vista da compreensão da segregação como parte essencial do processo de produção capitalista da cidade, como de seus delineamentos conceituais. Na segunda parte do texto nos voltamos à apresentação dos procedimentos metodológicos envolvidos na execução da pesquisa, apoiados em duas tarefas complementares, a classificação da estrutura socioespacial e os respectivos padrões de segregação, e a classificação morfológica desses espaços. Por fim, na última parte do texto, apresentamos, em perspectiva comparada, os resultados obtidos pontuando as similaridades e especificidades dos casos estudados.

## 1. Pressupostos teóricos

A proposta da pesquisa acerca dos processos de estruturação socioespacial das cidades médias gaúchas se apoia na denominada perspectiva teórica da produção do espaço, reconhece a complexidade do processo de urbanização contemporânea marcado por profundas desigualdades, se utiliza da noção de estrutura como categoria de análise, e enfatiza a segregação socioespacial como processo fundamental à sua compreensão.

<sup>3</sup> As cidades médias são inseridas na agenda do planejamento no Brasil com o II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), que a apresenta diretrizes para a Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (PNDU), elaborado pelo arquiteto Jorge Guilherme Francisoni e pela geógrafa Maria Adélia Aparecida de Souza, em 1973.

## 1.1 A perspectiva teórica da produção do espaço

A partir de uma abordagem marxista-lefebvriana, Carlos (2013, 2015) afirma que a produção ininterrupta da sociedade depende da reprodução continuada do espaço, como uma prática social que se realiza espacialmente e pressupõe o reconhecimento das relações dialéticas sociedade x espaço, um se realizando no outro e através do outro. A categoria produção, por sua vez, transcende as formas morfológicas ao destacar o processo constitutivo do processo da produção, os sujeitos e mediações nela envolvidos, assim como a distribuição dos produtos desse processo. Nesse contexto, a autora define o espaço como condição, meio e produto da reprodução da sociedade, “como uma das produções da civilização (nunca acabada, como ela)” (Carlos, 2015, p. 23).

Milton Santos (2005, p.158) observa que a aproximação do espaço, compreendido como uma totalidade, dá-se por meio do lugar, pois o lugar “define-se como funcionalização do mundo e é por ele (lugar) que o mundo é percebido empiricamente”. Assim, a problemática do espaço envolve a problemática da realidade urbana, da cidade, e da vida cotidiana. Nesse sentido, faz-se necessário operacionalizar as análises a partir de categorias pertinentes ao objeto de estudo. A adoção do espaço urbano como objeto pressupõe a necessidade da sobreposição de escalas de análise, impõe o reconhecimento de suas especificidades, em suas características, elementos e processos peculiares.

Em direção às particularidades do espaço intraurbano, destacamos três pontos fundamentais à sua compreensão: as localizações constituem o produto da produção do espaço, e não os edifícios, vias ou praças, como poderia se presumir (Villaça, 2001); a noção de estrutura instrumentaliza a abordagem o espaço intraurbano, constituindo uma categoria de análise pertinente a escala da cidade e de áreas metropolitanas; e, por fim, a produção do espaço intraurbano envolve agentes, processos e formas espaciais concretas, dentre os quais a segregação socioespacial tem importância fundamental.

## 1.2. A “Estrutura” como categoria de análise

A noção de estrutura aqui adotada se filia às ideias de Bastide (1973, apud Tourinho, 2011), admitindo que, nas ciências sociais, a estrutura se define simultaneamente pela relação entre o todo e suas partes, e não pela mera justaposição ou agrupamento das partes. A abordagem de Villaça (2001, p. 12; p. 33) sobre o espaço intraurbano metropolitano evidencia a noção de estrutura considerando que “estrutura, quando se refere a espaço urbano, diz respeito à localização relativa dos elementos espaciais e suas relações”, correspondendo, portanto, a “um todo constituído de elementos que se relacionam entre si de tal forma que a alteração de um elemento ou de uma relação altera todos os demais elementos e todas as demais relações”.

Segundo Tourinho (2011), a estrutura urbana é algo a ser desvendado, não deriva unicamente da apreensão empírica da realidade concreta,

exigindo investigações teóricas. Os elementos que compõem a estrutura urbana variam no tempo e no espaço e dependem da escala de análise adotada, uma vez que as estruturas, inseridas em sistemas espaciais produzidos historicamente, são mutáveis; a passagem de uma estrutura à outra se associa à dinâmica do sistema urbano, que se constitui por natureza um sistema aberto. A apreensão das fontes de transformações na estrutura urbana depende da identificação dos elementos a ela submetidos e das forças que os regem. A análise das estruturas espaciais (inter e intraurbanas) não se constituem como uma finalidade em si mesmas, mas como a possibilidade de revelar os processos sociais que as animam, sendo inclusive instrumentos de apreensão da realidade socioespacial, passíveis para o direcionamento do processo político de transformação.

### 1.3. A segregação socioespacial

Nas cidades, as desigualdades se articulam a processos de natureza espacial, sendo a segregação o mais importante deles. Villaça (2011, p. 37) enfatiza que a segregação só poderá ser compreendida satisfatoriamente se articulada explicitamente à desigualdade e pontua que “nenhum aspecto do espaço urbano brasileiro poderá ser jamais explicado/compreendido se não forem consideradas as especificidades da segregação social e econômica que caracteriza nossas metrópoles, cidades grandes e médias”.

No campo dos estudos urbanos, a segregação socioespacial constituiu, nos últimos cem anos, uma temática privilegiada pelas ciências sociais, sobretudo pela sociologia urbana e pela geografia. Nesse período, a noção de segregação, inaugurada pela Escola de Chicago, tem sido trabalhada sob diversos paradigmas teóricos que nortearam o desenvolvimento da pesquisa urbana. A partir do reconhecimento do espaço como produto socialmente produzido, na matriz marxista, perspectiva teórica aqui adotada, assume-se a segregação socioespacial como um dos fundamentos da produção do espaço urbano e evidencia-se sua dimensão negativa derivada da lógica capitalista de produção da cidade; forjada nas contradições entre valor de uso e valor de troca, a segregação se fundamenta na propriedade privada e na fragmentação socioespacial (Carlos, 2013).

Definida essencialmente pela sua natureza espacial, a segregação, dentre todos os processos observados nas cidades, talvez seja aquele que mais claramente evidencia a indissociabilidade entre as dimensões social e espacial da vida cotidiana, sendo, portanto, um dos temas centrais da pesquisa socioespacial urbana. A relevância e abrangência do tema, no entanto, frequentemente são reduzidas por abordagens superficiais, resultantes da falta de rigor teórico e metodológico empreendido nas análises. As fragilidades se manifestam na conceituação da segregação, nas possíveis abordagens, nas formas de verificação ou possibilidades de medição do fenômeno, assim como, e talvez mais importante, na inexistência de uma perspectiva teórica clara de subsídio às análises. Dentre as fragilidades, destacam-se a noção empobrecida da segregação como mero reflexo da estrutura social, e as análises pontuais do fenômeno desconsiderando o contexto em que se inserem, e a estrutura intraurbana como um todo.

Diante disso, definimos por segregação o processo que se explicita a partir de algum nível (ou grau) de separação ou de afastamento (físico) de um grupo social relativamente homogêneo em relação aos demais. Consideramos que essa definição geral permite a abordagem empírica da segregação em suas dimensões objetivas, passíveis de mensuração, ao passo que viabiliza também o reconhecimento das dimensões subjetivas do processo, associadas às desigualdades de acesso e ao prestígio e estigma sociais das áreas segregadas. Além disso, necessariamente vinculada a uma escala espacial de análise, a noção permite o reconhecimento de distintas versões de segregação, não se limitando às formas extremas, onde há presença de barreiras físicas.

## 2. Procedimentos metodológicos da pesquisa

A realização da pesquisa envolve dois procedimentos metodológicos complementares: o primeiro voltado à identificação das estruturas socioespaciais e respectivos padrões de segregação das cidades estudadas, por meio da aplicação das análises fatorial e de cluster; o segundo, direcionado à análise dos padrões morfológicos associados às estruturas intraurbanas, a partir de um esquema de classificação denominado Local Climate Zones (LCZ), proposto por Stewart e Oke (2012). Esses dois procedimentos, juntos, permitem a visualização de um retrato da última década, segundo as bases de dados utilizadas; a análise dos processos históricos, por sua vez, necessária à compreensão dos padrões atuais, se apoia em pesquisa bibliográfica, consulta à mapas históricos e planos urbanos.

### 2.1. Classificação da estrutura socioespacial

Essa etapa da pesquisa se volta à classificação da estrutura socioespacial das cidades estudadas, segundo definição de grupos sociais relativamente homogêneos. Nesse caso, a dimensão privilegiada é a residencial, o que remete à caracterização de padrões de segregação socioespacial da população, sendo possível articular a estrutura social às localizações intraurbanas, como as áreas centrais, por exemplo.

A tarefa realiza-se a partir da adoção de procedimentos metodológicos no âmbito de métodos estatísticos voltados à mensuração da segregação, onde reconhece-se duas famílias metodológicas, a dos índices globais (de dissimilaridade e exposição, por exemplo) e das análises tipológicas (Prêteceille, 2004). A utilização de índices, como o índice de dissimilaridade (concentração espacial do grupo) e exposição (isolamento social do grupo), tem como vantagem seu caráter sintético, de fácil compreensão, além da possibilidade de comparação entre áreas da cidade e diferentes períodos, no entanto, apresenta inconvenientes por serem sensíveis à definição das categorias utilizadas e aos recortes espaciais (Prêteceille, 2004).

Já as análises tipológicas têm por objetivo agrupar unidades espaciais em tipos, classes ou clusters, constituindo subconjuntos identificados por similaridades dos perfis de distribuição das categorias sociais agrupadas por unidades. Para Prêteceille (2004, p.16), têm como principais vanta-

gens abarcar a complexidade das estruturas sociais a partir da conjunção de diversas variáveis (método multidimensional) face à oposição binária entre duas categorias, dos índices, além da possibilidade de se trabalhar com modalidades geograficamente variadas, permitindo, assim, maiores avanços na compreensão da segregação e na formulação das hipóteses explicativas acerca das dinâmicas que as produzem.

A pesquisa engloba elementos das duas famílias, a análise fatorial, que pode ser considerada fornecedora de índices globais, e a análise tipológica, que conduz à definição de tipologias ou clusters socioespaciais, que representam os grupos sociais. As análises contemplam quatro etapas: 1) definição da base de dados, unidade espacial de análise e recorte temporal; 2) definição das variáveis socioeconômicas e espaciais; 3) redução das variáveis a fatores comuns – análise fatorial; 4) identificação dos grupos sociais a partir da análise de cluster.

A base de dados da pesquisa é o Censo Demográfico do IBGE (Dados do Universo), sendo o recorte temporal o último censo, de 2010, e a unidade espacial de análise os setores censitários.

A definição das variáveis adotadas na pesquisa leva em consideração três conjuntos de indicadores, associados às características dos indivíduos, dos domicílios e do entorno dos domicílios. Inicialmente, foram selecionadas 32 variáveis, 16 relativas aos indivíduos, 12 associadas aos domicílios, e 4 ao entorno do domicílio. As 32 variáveis foram submetidas à análise fatorial, cujos resultados apontaram para a existência de dois fatores subjacentes, que convertidos em variáveis (síntese) serviram de base para a elaboração da análise de cluster, sendo assim, das 32 variáveis iniciais, restaram somente 10, consideradas relevantes para a análise de cluster (Tabela 1).

**Tabela 1 – Variáveis utilizadas para elaboração da análise de cluster | Censo 2010**

Variável	Descrição
1	Renda média domiciliar
2	Porcentagem de responsáveis com renda de até 3 salários-mínimos
3	Porcentagem de responsáveis com renda superior a 15 salários-mínimos
4	Porcentagem de responsáveis não alfabetizados
5	Porcentagem de pretos e pardos
6	Porcentagens de crianças de até 11 anos de idade
7	Número médio de banheiros por domicílio
8	Porcentagem de domicílios sem pavimentação
9	Porcentagem de domicílios sem calçada
10	Porcentagem de domicílios com esgoto a céu aberto

Fonte: Autor (2023), adaptado de Autor (2018).

A análise de cluster, por sua vez, revelou a existência de quatro grupos sociais relativamente homogêneos nas cidades estudadas (Tabela 2). O grupo 1 é caracterizado pelos piores indicadores socioeconômicos e espaciais, podendo ser interpretado como composto por pessoas pobres com carências significativas de acesso à infraestrutura urbana; o grupo 2 apresenta índices socioeconômicos discretamente superiores ao grupo 1,

porém possui condições de acesso à infraestrutura urbana sensivelmente melhores; o grupo 3 corresponde aos extratos médios com boas condições de acesso à infraestrutura urbana; já o grupo 4, por sua vez, ostenta os melhores indicadores socioeconômicos e também do entorno dos domicílios.

**Tabela 2 – Grupos sociais com base nas variáveis selecionadas (Censo 2010)**

Variável	Grupo 1	Grupo 2	Grupo 3	Grupo 4
	Média	Média	Média	Média
V1 - Renda média domiciliar (R\$)	1517,86	1930,14	3534,95	5809,92
V2 – Responsáveis com renda de até 3 s.m. (%)	89,43	82,76	55,93	37,83
V3 – Responsáveis com renda superior a 15 s.m. (%)	0,34	0,44	3,81	13,37
V4 – Responsáveis não alfabetizados (%)	7,11	4,51	1,15	0,50
V5 – Pretos e pardos (%)	24,14	19,87	8,56	5,01
V6 – crianças com até 11 anos de idade (%)	20,79	18,17	11,83	11,37
V7 – número médio de banheiros por domicílio	1,17	1,21	1,58	2,12
V8 – domicílios sem pavimentação (%)	69,65	6,94	3,08	7,08
V9 – domicílios sem calçada (%)	74,22	23,85	8,48	9,92
V10 – domicílios com esgoto a céu aberto (%)	48,62	2,90	1,29	6,14

Fonte: Autor (2023), adaptado de Autor (2018).

Relativo à representatividade dos grupos sociais, o grupo 2 é predominante nas quatro cidades, no entanto, diferentes situações se revelam ao analisar o grupo 1, o mais vulnerável, que abarca um índice elevado na cidade de Pelotas, cerca de 32% da população, muito superior às cidades de Passo Fundo e Caxias do Sul, aonde chega no máximo a cerca de 10%. Além disso, é possível observar que nas cidades de Passo Fundo e Caxias do Sul predominam os grupos sociais pobres e intermediários, correspondendo, nos dois casos, a mais de 80% da população, por outro lado, em Pelotas e Santa Maria, a soma dos grupos extremos (1 e 4), é mais expressiva no que as demais, se aproximando dos 45% da população em Pelotas e 35% em Santa Maria. A espacialização dos grupos sociais pelas cidades pesquisadas está representada na Figura 1.

## 2.2. Classificação morfológica

O procedimento para a classificação morfológica das cidades estudadas baseia-se no método de mapeamento Local Climate Zones (LCZ), classificação proposta por Stewart e Oke (2012) para a categorização da paisagem em escala local, originalmente desenvolvido para análises do clima urbano, com objetivo de compreender as respostas climáticas em diferentes estru-

turas urbanas, tendo por objetivo extrair a magnitude da ilha de calor urbana em cada situação. Aqui, o método é utilizado com vistas à classificação morfológica do tecido urbano, sem considerar as variáveis relacionadas ao clima.

As classes LCZ são “definidas como regiões com cobertura uniforme do solo, estrutura, materiais e atividades humanas que se estendem por centenas de metros ou quilômetros e que apresentam regime semelhante da temperatura do ar.” (Autores, 2023, p.2). A classificação apresenta 17 tipologias que contemplam dois grupos, o primeiro, de tipologias construídas, que envolvem a presença de edificações (LCZ 1 a 10), e o segundo, de tipologias de cobertura do solo, sem a presença de edificações (LCZ A a G) (Figura 2).

A classificação pode ser efetuada a partir de mapeamentos manuais ou automáticos, com imagens de sensores remotos. Essa pesquisa empregou o método de classificação automática criado por Betchel et al. (2015), que se utiliza de imagens do satélite Landsat, sendo a classificação realizada de forma supervisionada por meio do classificador Local Climate Zones Classification (presente na versão 2.2.0 do software SAGA GIS), utilizando áreas de treinamento selecionadas pelo usuário no software Google Earth.

A classificação efetuada na pesquisa identificou nove classes, quatro de tipologias construídas, com presença de edificações (classes 3, 6, 8 e 9), e cinco de tipologias de cobertura do solo, sem presença de edificações (A, B, D, F, G). Além dessas classes originais, foi identificada a necessidade de utilização de uma classe mista, denominada  $\frac{3}{4}$ , resultante da combinação das classes 3 e 4, estratégia possível diante da impossibilidade de contemplação de todas as situações pelas classes originais (Figura 3).

Levando em consideração somente as classes que contemplam tipologias construídas (3, 6, 8, 9 e  $\frac{3}{4}$ ), e efetivamente representam as áreas urbanas ocupadas das cidades estudadas, a classe 6, que se refere a um arranjo aberto de edifícios baixos, com edifícios de 1 a 3 pavimentos, de menor adensamento construtivo, com abundância de áreas permeáveis e presença de vegetação esparsa, é a mais representativa, correspondendo a quase 30% das tipologias edificadas, considerando a média das quatro cidades, sendo mais expressiva nas cidades de Santa Maria e Passo Fundo, onde ocupa cerca de 20% da área urbana. Essa classe tipológica corresponde aos bairros predominantemente residenciais compostos por edificações isoladas nos lotes, com presença de recuos e quintais.

Em seguida, ocupando a média de 11% das áreas urbanizadas das quatro cidades, sobressaem-se as ocupações esparsas (classe 9), com edifícios de baixa e média altura, com abundância de áreas permeáveis e presença de vegetação esparsa, representando áreas pouco ocupadas, bairros em formação e os condomínios horizontais, com grandes lotes e áreas livres significativas. Essa tipologia é mais expressiva em Caxias do Sul e Santa Maria, onde ocupa cerca de 14% da área urbanizada, e menos recorrente em Pelotas, onde corresponde a 5%.

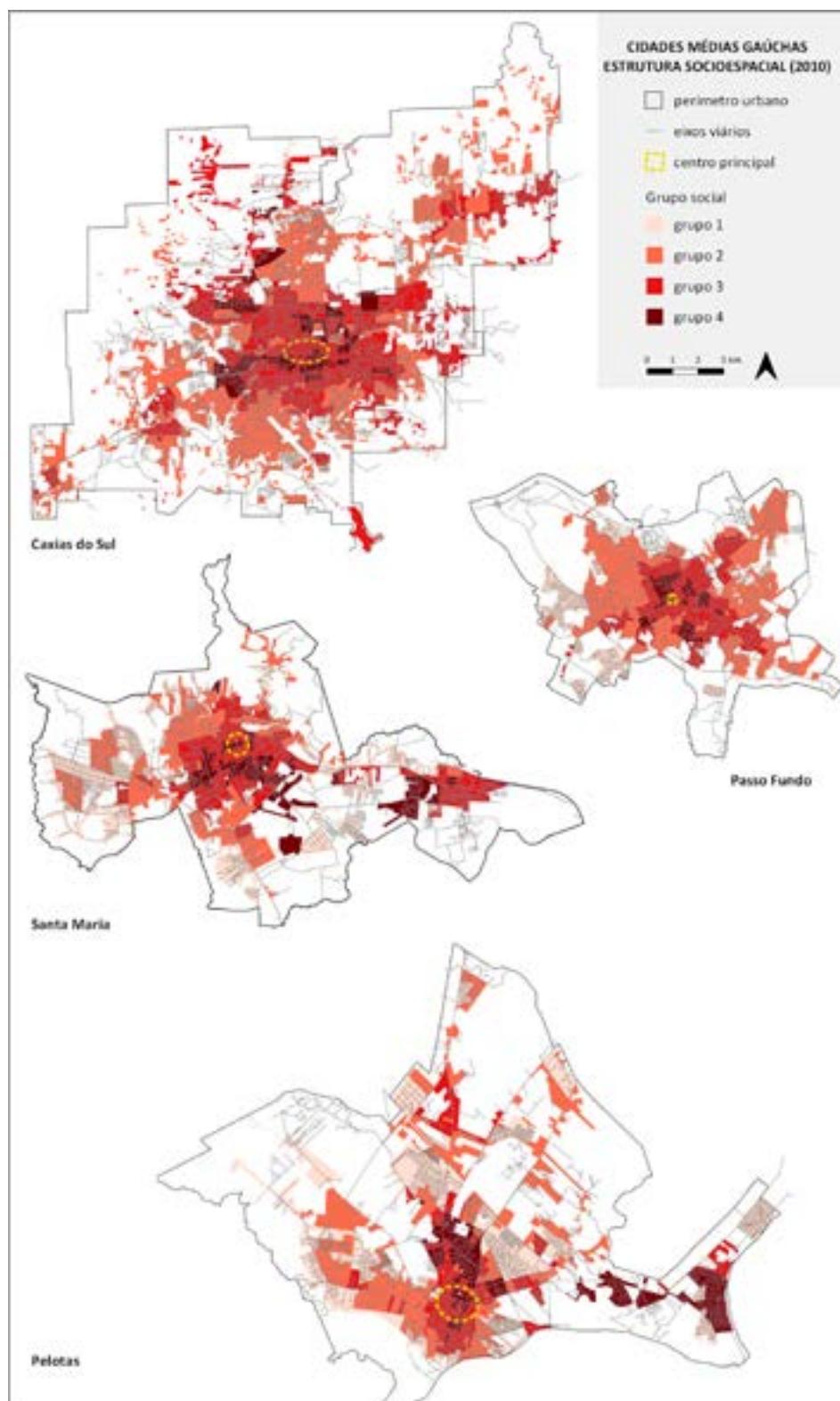
A classe 3 corresponde a terceira tipologia mais recorrente nas cidades estudadas, relativa a áreas densamente ocupadas por edifícios baixos, com solo predominantemente impermeável e sem presença significativa de ve-

getação. Corresponde a bairros residenciais com altas taxas de ocupação e representa a média de cerca de 10% das áreas ocupadas das cidades, sendo mais recorrente em Passo Fundo (14,31%) e Pelotas (12,12%).

A quarta tipologia em ocorrência, a classe 8, refere-se ao arranjo de grandes edifícios dispersos, de baixo gabarito, com solo impermeabilizado e sem presença de vegetação, classe condizente aos usos industriais e de logística. Nas cidades estudadas, representa a média entre as cidades de cerca de 8,5% das áreas urbanas ocupadas, sendo mais expressiva em Passo Fundo, onde ultrapassa os 13%.

A tipologia menos frequente, por sua vez, corresponde à combinação das classes 3 e 4, definida pela ocupação compacta de edifícios baixos com presença de edifícios altos disperso, ocorrendo em cerca de 5% do total dos casos, considerando a média das quatro cidades estudadas, trata-se de uma tipologia típica das áreas centrais, que evidencia os processos de verticalização ainda em curso.

Em síntese, a classificação tipológica com base no método LCZ possibilita uma apreensão da estrutura intraurbana, no que diz respeito à morfologia urbana, sendo, portanto, possível estabelecer aproximações com os respectivos padrões de uso e ocupação predominantes do solo, além de subsidiar a compreensão da estrutura socioespacial associada aos seus respectivos padrões espaciais (Figura 4).

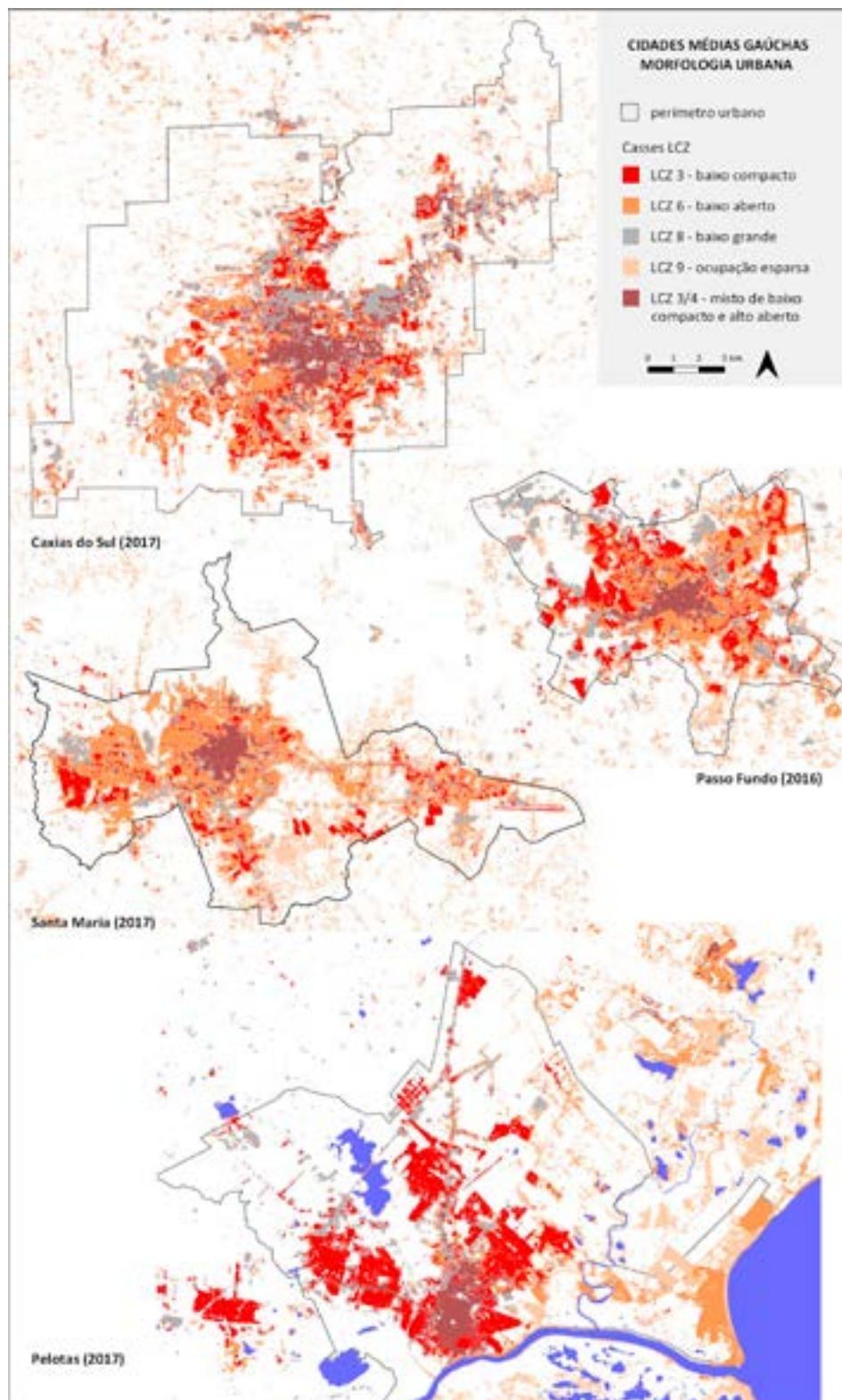
**Figura 1 – Estrutura socioespacial.**

Fonte: Autor (2023), adaptado de Autor (2018).

**Figura 2 – Cassetes LCZ.**

Tipologia	Definição
LCZ 1. Alto-compacto	Edifícios altos em arranjo compacto. Áreas densamente construídas, com edifícios mais de 10 pavimentos. Cobertura do solo predominantemente impermeável ou nenhuma vegetação. Materiais predominantes: concreto, aço, pedras e cerâmicas.
LCZ 2. Médio-compacto	Edifícios de altura média em arranjo compacto. Áreas densamente construídas edifícios de 3 a 9 pavimentos. Cobertura do solo predominantemente impermeável ou nenhuma vegetação. Materiais predominantes: concreto, pedras, tijolos e materiais cerânicos.
LCZ 3. Baixo-compacto	Edifícios baixos em arranjo compacto. Áreas densamente construídas, com edifícios 1 a 3 pavimentos. Cobertura do solo predominantemente impermeável, com pouca ou nenhuma vegetação. Materiais predominantes: concreto, pedras, tijolos e materiais cerânicos.
LCZ 4. Alto-aberto	Edifícios altos em arranjo aberto. Áreas de menor adensamento, com edifícios de 10 pavimentos. Abundância de áreas permeáveis (com vegetação herbácea ou arbustiva esparsa). Materiais predominantes: concreto, aço, pedras e cerâmicas.
LCZ 5. Médio-aberto	Edifícios de altura média em arranjo aberto. Áreas de menor adensamento, edifícios de 3 a 9 pavimentos. Abundância de áreas permeáveis (com vegetação herbácea, arbustiva ou arbórea esparsa). Materiais predominantes: concreto, pedras, tijolos, madeira, material reforçado.
LCZ 6. Baixo-aberto	Edifícios baixos em arranjo aberto. Áreas de menor adensamento, com edifícios 1 pavimento. Abundância de áreas permeáveis (com vegetação herbácea, arbustiva ou arbórea esparsa). Materiais predominantes: concreto, pedras, tijolos, madeira, material reforçado.
LCZ 7. Baixo-pesado	Edifícios baixos e leves, com pouca intensidade térmica. Áreas densamente construídas consolidadas, com edifícios de 1 pavimento. Pouca ou nenhuma vegetação arbórea. Cobertura do solo predominantemente compacta. Materiais predominantes: madeira, palha e metal corrugado.
LCZ 8. Baixo-grande	Grandes construções de baixa altura em arranjos abertos. Edifícios de 1 a 3 pavimentos com cobertura do solo predominantemente impermeável. Materiais predominantes: aço, concreto, metal ou pedra.
LCZ 9. Ocupação esparsa	Arranjos esparsos de edifícios de baixa ou média altura em ambientes rurais. Abundância de áreas permeáveis (com vegetação herbácea, arbustiva ou arbórea esparsa).
LCZ 10. Indústria pesada	Estruturas industriais de altura baixa e média (torres, tanques e etc.). Cobertura predominantemente impermeável em compacta. Materiais predominante: concreto ou metal.
LCZ A. Veg. Arbórea densa	Áreas densamente cobertas por vegetação arbórea decidua e/ou perene. Cobertura predominantemente permeável, com vegetação herbácea. Exemplos: florestas cultivadas, parques urbanos.
LCZ B. Veg. Arbórea esparsa	Áreas cobertas por vegetação arbórea esparsa decidua e/ou perene. Cobertura predominantemente permeável, com vegetação herbácea. Exemplos: florestas cultivadas, parques urbanos.
LCZ C. Veg. arbustiva	Áreas cobertas por esparsa vegetação arbustiva e vegetação arbórea de pequeno porte. Cobertura do solo predominantemente permeável (solo exposto ou areia). Exemplos: arbustivas naturais ou áreas de cultivo agrícola.
LCZ D. Veg. herbácea	Áreas cobertas por vegetação herbácea. Exemplo: pastagens naturais ou cultívadas ou parques urbanos.
LCZ E. Rocha ou pavimento	Áreas cobertas por rochas ou pavimentos impermeáveis. Pouca ou nenhuma vegetação. Exemplos: rochas expostas e áreas destinadas a transporte.
LCZ F. Solo exposto	Áreas cobertas por solo exposto ou areia. Pouca ou nenhuma vegetação. Exemplos: ou áreas agrícolas.
LCZ G. Água	Corpos d'água: oceanos, lagos, rios, represas e lagoas.

Fonte: Adaptado de Autores (2023, p.4-5.)

**Figura 3 – Classificação morfológica (LCZ).**

Fonte: Autor (2023), adaptado de Autor (2018).

**Figura 4 – Exemplos de morfologia urbana associadas aos grupos sociais identificados.**



Fonte: Autor (2023), adaptado de Autor (2018).

### 3. Análise dos resultados da pesquisa

Em linhas gerais, as análises das estruturas socioespaciais das cidades estudadas, identificadas a partir da análise de clusters, evidenciam dois padrões espaciais distintos de segregação, o primeiro mais próximo do modelo centro-periferia para as cidades de Caxias do Sul e Passo Fundo, caracterizado pelas presença de populações pertencentes aos grupos sociais de média e alta renda (3 e 4) nas áreas centrais; o segundo, pertinente às cidades de Pelotas e Santa Maria, caracterizado pela existência de setores com grande concentração dessa população partindo do centro em direção a setores específicos da periferia, nos dois casos, coincidentemente, na direção leste. Em Pelotas, a opção pelo setor leste se associa principalmente às condições naturais do território, às amenidades vinculadas à região de balneário junto à lagoa dos Patos; em Santa Maria, o crescimento da porção leste da cidade tem relação sobretudo com a Universidade Federal de Santa Maria, caracterizada como um poderoso vetor de valorização urbana. Associado aos padrões de segregação, Caxias do Sul e Passo Fundo caracterizam-se como ocupações mais compactas, enquanto Pelotas e Santa Maria apresentam-se mais dispersas e fragmentadas, com maior presença de vazios urbanos.

No que diz respeito às escalas da segregação, observa-se que a segregação em grande escala, típica das grandes cidades latino-americanas, ocorre também nas cidades estudadas, definida pelas concentrações da população pobre em áreas periféricas (grupos 1 e 2), em contraposição às aglomerações de população de média e alta renda (grupos 3 e 4) nas áreas centrais. Esse modelo caracteriza o padrão de segregação centro-periferia, bastante evidente Passo Fundo e representativo também em Caxias do Sul. No entanto, a segregação em pequena escala também está presente, caracterizada pela existência de bairros socialmente homogêneos dispersos, principalmente associados às classes de média e alta renda, com maior mobilidade intraurbana. A ocorrência de segregação em pequena escala se evidencia nas cidades de Pelotas e Santa Maria, que contam com bairros de elite dispersos em setores periféricos, promovendo maior proximidade física entre diferentes grupos sociais, porém preservando distâncias sociais condicionadas por barreiras, a exemplo dos muros e vigilância dos condomínios fechados. Entretanto, uma vez que a dispersão das elites nas cidades de Pelotas e Santa Maria ocorre em uma única direção, configurando setores preferenciais, observa-se a tendência à autossegregação em grande escala, do centro para o leste, nos dois casos.

A abordagem da estrutura intraurbana, nos aspectos relativos aos padrões gerais de uso e ocupação do solo nos permitiram estabelecer algumas relações com a distribuição dos grupos sociais pelas cidades e aprofundar a compreensão dos padrões espaciais de segregação. As áreas centrais (o centro principal), em todos os casos, são ocupadas prioritariamente pelos extratos médios e pelas elites, mesmo em Pelotas e Santa Maria, cidades que apresentam maior dispersão dessa população. A proximidade das áreas industriais, por sua vez, é predominantemente observada nos locais de

moradia da população mais pobre, com ou sem acesso à infraestrutura urbana.

As maiores densidades habitacionais ocorrem nas áreas centrais, mais verticalizadas, o que demonstra que parcela significativa das camadas de média e alta renda moram em edifícios de apartamentos no centro. As densidades habitacionais expressivas, no entanto, ocorrem também nas periferias associadas a ocupações de baixa renda, horizontais ou verticais (grandes conjuntos habitacionais), processo mais evidente em Pelotas.

O cruzamento dos mapas das estruturas socioespaciais com os padrões morfológicos (classificação LCZ), revelam que os grupos sociais de média e alta renda (3 e 4), quando localizados nas áreas centrais, se concentram predominantemente em edifícios verticais, em residenciais multifamiliares, em contrapartida, fora dos centros, ocupam tipologias unifamiliares em bairros horizontais, com presença de solo permeável, com recuos e ajardinamentos e arborização abundante. Os grupos mais pobres (1 e 2) ocupam principalmente bairros horizontais, com alta densidade construtiva e carência de áreas verdes. Assim, os grupos mais privilegiados apresentam maior diversidade no que diz respeito às tipologias de ocupação, se comparados aos grupos mais vulneráveis.

Na grande maioria dos casos, os grupos menos privilegiados (1 e 2) exibem dois padrões tipológicos recorrentes: ocupações compactas, densas e de baixo gabarito (classe e3) e ocupações de baixo gabarito, porém não tão densas como as primeiras, pois contam com edificações mais espaçadas, com presença de solo permeável e vegetação arbórea dispersa (classe 6). Os extratos médios (grupo 3) e superiores (grupo 4) apresentam três padrões tipológicos distintos, o primeiro, arranjo aberto de edifícios baixos (classe 6), que embora também observado para as classes de baixa renda, nesse caso se diferencia pelo padrão das edificações; a segunda tipologia associada a esses mesmos grupos é observada em ocupações rafeitas, com presença significativa de áreas permeáveis e vegetação arbórea dispersa, característica de bairros pouco adensados, ou condomínios horizontais com grandes lotes; a terceira tipologia diz respeito às ocupações caracterizadas pela dispersão de edifícios altos em meio a uma ocupação compacta de baixo gabarito (classe ¾), e com poucas áreas permeáveis, que ocorrem principalmente nas áreas centrais das cidades estudadas.

Em síntese, a diferenciação entre os padrões de distribuição socioespacial da população se expressa principalmente em função das localizações das elites, uma vez que os demais apresentam padrões bastante semelhantes nas quatro cidades. A maior mobilidade espacial associada às camadas de mais alta renda justifica esse processo e define os padrões de autossegregação, motivados por diversos fatores.

A análise dos processos históricos de formação socioespacial das cidades estudadas, feito a partir de pesquisa bibliográfica, mapas históricos e planos urbanos, embora tenha revelado as especificidades locais, permitiu o reconhecimento de períodos comuns às quatro cidades, no que diz respeito a estruturação do espaço intraurbano e seus respectivos padrões de segregação socioespacial.

Em um primeiro período, que abarca o processo de formação urbana e se estende até o final do século XIX, com economias predominantemente agrárias e uma estrutura social bem definida pelos proprietários de terras, escravos e pequena parcela de trabalhadores rurais e imigrantes, reconhecemos padrões de diferenciação socioespacial que não se configuram segregações de fato, pois a proximidade entre as classes sociais é uma realidade em meio a ocupações compactas e a diferenciação se evidencia, sobretudo, pela qualidade das tipologias edilícias, pelo acesso à infraestrutura e proximidade de equipamentos de interesse, como capelas, praças e edifícios públicos.

A partir do final do século XIX, no entanto, em meio ao crescimento demográfico, econômico e urbano, na transição de uma economia agro-exportadora para um insipiente processo de industrialização, formação de uma classe média trabalhadora, a estrutura social se amplia e emerge o padrão de segregação centro-periferia, sendo o centro lugar valorizado pelas elites, objeto de investimentos públicos, e a periferia, desatendida, gradativamente ocupada pelos mais pobres. A segregação se evidencia a partir da implantação de loteamentos periféricos, sem a presença do Estado, que determinam um distanciamento físico entre as classes sociais. Nas cidades estudadas a expansão urbana ocorre principalmente através da iniciativa privada atuando na produção rentista dos primeiros loteamentos populares, sem presença do Estado; o planejamento urbano, por sua vez, é pouco efetivo no que diz respeito à execução de planos, se pauta no paradigma higienista e tem por objetivo principal sanear as cidades, embora contribua também com a definição de direções preferenciais de expansão urbana.

Um terceiro período pode ser identificado entre as décadas de 1950 e 1990, no contexto de industrialização e urbanização/metropolização brasileiras, boa parte vividas sob um governo ditatorial, reconhece-se a consolidação do padrão de segregação centro-periferia nas cidades estudadas, a partir do crescimento horizontal expressivo, resultado da produção privada de loteamentos, mas também de investimentos públicos na periferia, a exemplo da produção de habitação de interesse social pela COHAB, sob a égide do Banco Nacional de Habitação, política habitacional que intensificou os processos de segregação nas cidades brasileiras. Em contrapartida ao processo de periferização persiste, nesse período, a valorização do centro, inclusive pelas elites, reforçada por investimentos públicos e pelo processo de verticalização. No campo do planejamento urbano, os planos diretores se firmam no contexto dos governos militares e seu prestígio se constrói com base em discursos tecnocráticos, no entanto, a figura do zoneamento urbano é a que se sobressai, sendo determinante, a partir da década de 1970, à distribuição dos usos na cidade formal. O viés essencialmente segregacionista dos zoneamentos se revela a partir da separação de usos, assim como, de forma bastante marcante, na verticalização das áreas centrais, fato comum às quatro cidades, em que os altos índices de aproveitamento permitidos promoveram a valorização excessiva desses espaços, agravando os padrões de segregação centro-periferia. Nesse período, as cidades de Pelotas e Santa Maria evidenciam a emergência de processos de concentração de classes de média e alta renda em determinados setores periféricos, esboçando novos padrões espaciais de autossegregação.

Em Pelotas, a ocupação do balneário Laranjal, na década de 1950, inicia a urbanização do setor leste da cidade que iria se intensificar a partir da década de 1980 com a promoção de diversos loteamentos no bairro São Gonçalo (entre a área central e o Laranjal); em Santa Maria, a implantação da UFSM no Camobi, na década de 1960, motiva a ocupação do setor leste da cidade, sendo objeto de valorização imobiliária. Assim, inicia-se o processo de formação de vetores (ou direções preferenciais) de expansão das classes de alta renda, fato que não se observa em Caxias do Sul e Passo Fundo.

A partir da década de 1990 até o final da década de 2010, período abarcado pela pesquisa, evidenciam-se processos de reestruturação urbana nas cidades estudadas com novos padrões de autossegregação dos mais ricos em condomínios horizontais fechados periféricos. Esse processo reforça o modelo de segregação nos setores leste de Pelotas e de Santa Maria e introduz novas lógicas em Caxias do Sul e Passo Fundo, pondo em questão a emergência de processos de fragmentação socioespacial. Na escala intraurbana, velhas e novas lógicas se sobrepõem no processo de produção do espaço urbano: os investimentos em habitação vinculados ao programa MCMV repetem o modelo BNH, no que diz respeito à promoção de habitação em localizações periféricas deficitárias de infraestrutura, ampliando a produção privada com as mesmas características; por outro lado, novos produtos imobiliários (os shopping centers, os condomínios horizontais periféricos e os bairros planejados) são introduzidos nas quatro cidades, denotando a emergência de processos de reestruturação intraurbana. Esses produtos, populares nas metrópoles, se difundem nas cidades médias estudadas nesse início de século definindo novos padrões de autossegregação, sob o mesmo paradigma metropolitano, lastreados no anseio por ambientes supostamente mais seguros, associados à noção de exclusividade, que em última instância representam a negação das diferenças sociais.

A sobreposição simultânea desses dois processos por um lado ratifica a vulnerabilidade da população mais pobre, enquanto no outro extremo confere possibilidades de escolha aos mais ricos (ainda que mediadas por interesses econômicos e discursos ideológicos), as classes intermediárias transitam entre esses dois universos. Nesse cenário, passa a ocorrer a superação do padrão de segregação centro-periferia, que já se esboçava no período anterior nas cidades de Pelotas e Santa Maria. Os condomínios horizontais periféricos, embora recentemente comecem a se popularizar, são predominantemente direcionados às camadas de alta renda, denotando a ressignificação social da periferia. Os shopping centers, por sua vez, caracterizam-se como equipamentos de grande aceitação (assim como os condomínios fechados), inicialmente implantados em áreas centrais e, recentemente, mais periféricos, significando a emergência de novas expressões da centralidade, sendo direcionados sobretudo às classes de média e alta renda.

Nos casos de Pelotas e Santa Maria, a localização predominante dos condomínios horizontais nas porções leste das duas cidades, associada à existência de shopping centers, reforça a concentração das elites nesses setores. Em Caxias do Sul, há uma significativa concentração de condomínios de alta renda no setor noroeste, em área com características rurais

(embora no perímetro urbano), sem evidência de formação de novas expressões da centralidade; em contraposição, há no setor sudeste da cidade uma concentração de classes de média e alta renda em torno do shopping Iguatemi; em Passo Fundo, os condomínios estão mais dispersos, próximos às rodovias na periferia da cidade, e assim como em Caxias do Sul, não se associam à formação de novos centros.

Assim, as cidades de Pelotas e Santa Maria apresentam estágios mais avançados de segregação em função da formação de setores de maior concentração de camadas de média e alta renda, enquanto em Caxias do Sul e Passo Fundo não há uma definição clara. Os setores de autossegregação das classes de média e alta renda podem ser compreendidos como setores de amenidades, no caso de Pelotas associado ao meio natural, e no caso de Santa Maria, motivado pela implantação da UFSM que desencadeou o processo de valorização da zona leste.

A emergência dos novos processos de autossegregação em condomínios fechados periféricos, ou em bairros planejados de alta renda, assim como a presença de equipamentos como os shopping centers, indicam maior fragmentação desses territórios. Nesse sentido, pode-se aludir à emergência de processos de fragmentação socioespacial nessas cidades, ainda incipientes, porém mais complexos que os processos de segregação, pois extrapolam o uso residencial.

Segundo Sposito e Goés (2013) os processos de fragmentação socioespacial são posteriores à segregação, envolvendo além do uso residencial, a existência de policentralidades, a conformação de territórios descontínuos, a ocorrência de contiguidade sem continuidade (a exemplo dos condomínios fechados), e o aparecimento de áreas mistas. Esses processos, típicos das metrópoles, passam a ocorrer também em cidades médias, porém com níveis de complexidade inferiores. Nas cidades estudadas, dentre os elementos que caracterizam os processos de fragmentação nas metrópoles, somente os condomínios e shopping centers estão presentes em todos os casos; a questão da policentralidade se constitui um processo ainda embrionário, pois os subcentros existentes não competem com os centros principais, e também não há presença de centros financeiros ou centros de negócios, ademais a maioria dos empregos permanecem no centro principal, assim como grande parte do comércio e dos serviços. Evidencia-se assim uma constatação similar à de Sposito e Góes (2013) de que os processos de fragmentação em curso em cidades médias apresentam níveis inferiores de complexidade se comparados às metrópoles, no entanto não podem ser desconsiderados. À emergência dos processos de fragmentação socioespacial associa-se a ampliação da segregação em pequena escala, a partir da formação de territórios socialmente homogêneos, como os condomínios horizontais, por exemplo, desconectados do entorno imediato. À medida que diminuem as distâncias físicas, se exacerbam as rupturas sociais.

## >> Considerações Finais

A partir dos resultados da pesquisa, focada nas realidades das cidades médias gaúchas, a títulos de considerações finais, exploratórias, a proposta aqui é ampliar o debate, abarcando as cidades médias de modo geral. Nesse sentido, duas questões principais se colocam: há especificidades nos processos e padrões de segregação socioespacial em cidades médias, ou seriam apenas uma reprodução dos padrões metropolitanos? Complementarmente, uma outra questão: qual o futuro das cidades médias brasileiras, apresentam possibilidades de um outro modelo de desenvolvimento urbano ou estão fadadas ao mesmo futuro das grandes cidades e metrópoles?

Sem a pretensão de responder a essas questões, mas em busca de indicar possíveis caminhos investigativos, a partir da pesquisa aqui apresentada e também de tantos outros estudos consultados, é possível aventar algumas possibilidades.

No que diz respeito às similaridades nos processos de segregação de cidades médias frente às realidades metropolitanas, três pontos fundamentais podem ser destacados: a) a natureza socioeconômica da segregação, articulada às desigualdades sociais, definida pela propriedade privada e pelo acesso diferenciado à terra, aos equipamentos e infraestruturas urbanas; b) os semelhantes padrões espaciais de segregação, dialeticamente resultantes e definidores da complexificação das estruturas intraurbanas, evoluindo de diferenciações à fragmentações socioespaciais; c) a produção do espaço urbano atrelada a grupos sociais específicos, com destaque ao Estado e aos diversos agentes que integram o setor imobiliário.

Em contrapartida, dentre as principais diferenças, estão as temporalidades e ritmos dos processos de segregação socioespacial das cidades médias frente às metrópoles. Conforme demonstra Villaça (2001), o modelo de segregação dominante nas metrópoles brasileiras, caracterizado pela grande concentração de camadas de alta renda em determinados setores, a exemplo do quadrante sudoeste de São Paulo ou a zona sul do Rio de Janeiro, resulta de um longo processo histórico, que se inicia ainda nas primeiras décadas do século XX, já nas cidades médias, o padrão de segregação centro-periferia ainda persiste em muitos casos, enquanto a segregação por setores começa a se desenhar mais recentemente, associada sobretudo à disseminação de condomínios fechados, implantação de grandes equipamentos, como os shopping centers e a maior mobilidade das camadas de alta renda. Ou seja, as cidades médias apresentam processos de fragmentação socioespacial ainda em curso, ao contrário das metrópoles, em que as estruturas socioespaciais intraurbanas se apresentam altamente fragmentadas.

Outro aspecto relevante versa sobre as diferentes escalas e a intensidade dos processos de segregação em cidades médias e metrópoles. Ainda que possam ser verificados padrões espaciais semelhantes, no tocante à segregação em larga escala, por exemplo, a dimensão das áreas carentes e os níveis de precariedade, assim como as péssimas condições de mobilidade, são muito mais determinantes sobre o cotidiano da população mais pobre em áreas metropolitanas.

Mais um ponto a se destacar diz respeito à constatação de que as classes medias possuem maior mobilidade residencial intraurbana nas cidades médias, uma vez que o acesso a espaços exclusivos, como os condomínios horizontais, por exemplo, é relativamente facilitado, pelo menor preço da terra urbana, se comparado aos espaços metropolitanos, dessa forma, parcela significativa da população de média-alta renda, com recursos próprios e/ou oriundos de financiamentos bancários, incluindo microempresários, profissionais liberais e funcionários públicos, consegue ter acesso aos espaços residenciais das elites. De maneira semelhante, grandes equipamentos de consumo, como os shopping centers, são compartilhados pelas classes de média e alta renda, não havendo, como nas metrópoles, clara estratificação social desses equipamentos.

Por fim, quais seriam as perspectivas em torno das cidades médias, considerando os relevantes papéis de intermediação que exercem na rede urbana brasileira e a crescente complexificação de suas estruturas intraurbanas?

É notório que a mídia ou mesmo os planos de governo apontam as cidades médias como lugares em que ocorre a feliz combinação entre dinamismo econômico (emprego, comércio e serviços especializados) e qualidade de vida (mobilidade, tranquilidade), como lugares alternativos às grandes cidades e metrópoles, congestionadas e violentas. Há nessa imagem claramente uma estratégia mercadológica, de diferentes setores econômicos, que têm nas cidades médias importantes e crescentes mercados consumidores. No entanto, a interpretação da realidade das cidades médias brasileiras, objeto interdisciplinar no campo dos estudos urbanos, tem demonstrado que embora haja, muitas vezes, de fato, um dinamismo econômico a elas associado, há, na escala da cidade, o aprofundamento das desigualdades socioespaciais, paralelo à complexificação de suas estruturas intraurbanas.

Grande parte desse processo, reflete a reprodução de um modelo de desenvolvimento insustentável, característico das grandes cidades e metrópoles, que paira sobre as cidades médias, impregnando a sociedade e inclusive as práticas de planejamento urbano. Evidencia-se, nesse contexto, pelo menos três aspectos importantes: a produção capitalista das cidades médias norteadas por interesses privados vinculados ao setor imobiliário, expressos a partir de novos produtos imobiliários, como os condomínios horizontais fechados, por exemplo; a priorização do transporte motorizado individual, buscando atender aos interesses das camadas médias e superiores da sociedade; a disseminação dos novos padrões de consumo em espaços fechados, como os shopping centers; juntos, esses processos, refletem, de forma mais ampla, uma crescente privatização de diversas dimensões da vida social, fato que potencializa os processos de segregação e fragmentação socioespacial nas cidades médias.

## >> Referências

ANDRADE, T. A., & Serra, R. V.. **Cidades medias brasileiras**. Rio de Janeiro: IPEA, 2001.

Autor. Omitido para preservar autoria do artigo. 2018.

Autores Omitido para preservar autoria do artigo. 2023.

BASTIDE, R.. Introdução ao estudo do termo “estrutura”. In: Bastide, R. (org.) **Usos e sentidos do termo estrutura nas ciências sociais**. São Paulo: Editora Harder; Edusp, 1973, pp. 1-12. *apud* Tourinho, H. L. **Estrutura urbana de cidades médias amazônicas: análise considerando a articulação das escalas interurbana e intraurbana**. Recife, 2011. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal de Pernambuco.

BECHTEL, B.; ALEXANDER, P.; BÖHNER, J.; CHING, J.; CONRAD, O.; FEDDEMA, J.; MILLS, G.; SEE, L.; STEWART, I.. Mapping Local Climate Zones for a Worldwide Database of the Form and Function of Cities. *ISPRS International Journal of Geo-Information*. 4. 199-219, 2015.

CARLOS, A. F.. **A condição espacial**. São Paulo: Contexto, 2015.

CARLOS, A. F.. A prática espacial urbana como segregação e o “direito à cidade” como horizonte utópico. In: VASCONCELOS, P. A.; CORRÊA, R. L.; PINTAUDI, S. M. (orgs.). **A cidade contemporânea: segregação socioespacial**. São Paulo: Contexto, 2013, pp. 95-110.

CORRÊA, R. L.. Construindo o conceito de cidade média. In: **Cidades médias: espaços em transição**. São Paulo: Expressão Popular, 2007, pp. 23-34.

PRÉTECEILLE, E.. A construção social da segregação urbana: Convergências e Divergências. **Espaço & Debates. Revista de Estudos Regionais e Urbanos**, v.24, n.45, pp. 11-23, jan./jun. 2004.

SANTOS, M.. **Da totalidade ao lugar**. São Paulo: EDUSP, 2005.

SPOSITO et al. (orgs.). **Agentes econômicos e reestruturação urbana e regional: Passo Fundo e Mossoró**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SPOSITO, M. E.. Cidade média. In E. S. Sposito (Ed.). **Glossário de geografia humana e econômica** (p.39-48). São Paulo: Ed. Unesp, 2017.

STEWART I.D.; Oke T.R.. Local Climate Zones for Urban Temperature Studies. **BAMS (Bulletin of the American Meteorology Society)**, 93:1879-1900, 2012.

TOURINHO, A. O.. **Do Centro aos centros: bases teórico-conceituais para o estudo da centralidade em São Paulo**. São Paulo, 2004. Tese (Doutorado em Estruturas Ambientais Urbanas), Universidade de São Paulo.

VILLAÇA, F.. **Espaço intra-urbano no Brasil** - 2. ed. São Paulo: Studio Nobel; FAPESP; Lincoln Institute, 2001.

VILLAÇA, F.. São Paulo: segregação urbana e desigualdade. **Estudos Avançados**, v.25, n.71, pp. 37-58, abr. 2011.

